

TEXTO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA A

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assembleia da República, Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Dia 23 de Julho de 2013, 11 horas

Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura
Senhoras e Senhores Deputados,

A melhor forma que encontrei para fundamentar perante Vossas Excelências o propósito da minha candidatura inspirou-se numa velha mas pouco conhecida lenda medieval.

Conta-nos a história de um povo que vivia nas margens de um rio, fonte da riqueza e do sustento de milhares de almas. A prosperidade alcançada levantava entretanto um problema para o qual não se conseguia encontrar solução que a todos satisfizesse. Uns queriam aplicar a riqueza acumulada na construção de catedrais, como forma de agradecimento a Deus pela graça concedida; outros preferiam construir palácios para glória dos seus reis e testemunho do trabalho e do sacrifício de gerações sucessivas.

Durante anos não foi possível chegar a um acordo. Numa das margens começaram a construir palácios, na outra catedrais. O rio que os fez prosperar era agora a grande divisão, fonte de confrontos e de recriminações. Até que surgiu um pequeno grupo de homens e mulheres que a todos questionou: porque não construímos pontes? Assim, todos podemos ter palácios e catedrais e cada um poderá continuar a residir na margem esquerda ou na margem direita, conforme lhes aprouver, e a dispor da liberdade de circular entre as duas margens.

Se tivesse que escolher, imaginar-me-ia entre os construtores de pontes. É esse papel que pretendo desempenhar como Presidente do Conselho Nacional de Educação.

No seu estatuto consta a principal competência de “emitir opiniões, pareceres e recomendações” sobre os mais variados domínios do sistema educativo.

Darei especial atenção à qualidade científica e à fundamentação rigorosa das posições do CNE. Especialmente nos pareceres, impõe-se que exista celeridade na sua elaboração, mas sem sacrifício da qualidade da argumentação, bem como da complexidade e da riqueza das diferentes abordagens e maneiras de pensar. Importa por isso evidenciar alternativas sem desprezar os consensos. Explorar convergências sem menosprezar opiniões minoritárias. Respeitar a diversidade sem abdicar da coerência.

O Conselho Nacional de Educação é uma instituição que será tanto mais forte e respeitada quanto maior for a qualidade do seu trabalho, mas, acima de tudo, quanto maior for a sua autonomia face aos múltiplos poderes de regulação do sistema educativo.

É com essa autonomia que pretendo reforçar a cooperação com os diferentes órgãos de soberania de forma a construir as pontes indispensáveis à transformação da educação num desígnio que todos possamos abraçar.

Entendo que é necessário continuar com o trabalho desenvolvido pelos anteriores presidentes do CNE e valorizar o excepcional contributo que esta instituição tem dado para o desenvolvimento e qualificação do sistema de ensino.

A competência de avaliação regular do sistema de ensino terá de ser aprofundada. Não menosprezando o retrato estatístico que tem vindo a ser feito anualmente, entendo que seria desejável começar a avaliar as políticas públicas de educação e ensino, especialmente aquelas que mais têm contribuído para as mudanças de ordem estrutural que temos vindo a assistir nas últimas décadas. As alterações profundas na rede escolar, nos mecanismos de abandono e de insucesso escolar, nas formas de organização e gestão dos estabelecimentos, na condição profissional dos docentes, entre tantas outras, exigem uma abordagem sistemática e rigorosa dos seus impactos na qualificação das aprendizagens.

Sou dos que entendem que o Estado e a Sociedade devem aos seus cidadãos e às novas gerações uma escola pública e um ensino obrigatório e gratuito de forma a concretizar os princípios da igualdade de oportunidades, da liberdade, da democracia e do progresso social e cultural. Entre os que defendem acriticamente a escola pública e os que a criticam, por vezes sem fundamento, eu posiciono-me entre os que pretendem dotá-la dos instrumentos, da organização e dos recursos indispensáveis a torná-la uma escola de excelência onde todos se possam rever.

Estou convencido que ao valorizarmos a escola pública induzimos qualidade em todo o sistema de ensino, independentemente da diversidade das formas

de organização escolar, concretizando assim o princípio da liberdade de aprender e de ensinar.

Sr. Presidente, Senhoras deputadas e Senhores Deputados

A Lei de Bases do Sistema Educativo completará 30 anos de vigência durante o mandato a que me candidato. É minha intenção propor ao Conselho que se proceda a uma avaliação detalhada da sua concretização. A decisão de rever, alterar ou substituir a lei de bases não compete ao CNE. É uma opção política da estrita competência da Assembleia da República. Entendo, porém, que essa avaliação poderá ser um contributo de extrema utilidade para sustentar a melhor decisão.

Essa mesma lei de bases tem no seu artigo 60º um princípio de elevada sabedoria: fala da necessidade de “um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo”. Falava-se então num plano educativo até ao ano 2000.

Escrevi há não muitos anos que o principal problema da educação em Portugal assentava na falta de sentido de futuro. Nas últimas décadas o Mundo, Portugal e a Educação mudaram de tal forma que não encontramos nos anais da história processo equiparável de tão rápida e profunda transformação.

É tempo de parar para pensar. É tempo de abrandar esta corrida desenfreada atrás do que muda, para que, com tempo, consigamos ser agentes activos da mudança. Para isso é necessário pensar o futuro,

construir uma visão e uma estratégia de longo prazo que nos permita conferir visibilidade e estabilidade às políticas públicas de Educação.

Gostaria que esse esforço de reflexão fosse partilhado com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura de forma a alargar o âmbito do debate sobre o que queremos para a educação das novas gerações.

Caso seja merecedor da confiança da maioria dos Senhores Deputados que amanhã irão participar na votação, não demorarei muito tempo a pedir uma reunião ao Sr. Presidente da Comissão com vista a definir futuras formas de colaboração com o Conselho Nacional de Educação.

É animado por estas ideias que pretendo ajudar a erigir os pilares das muitas pontes que temos para construir.

Muito obrigado pela vossa atenção.